MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 20 — 3 JUNHO 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV. / EMGFA Rua Cova da Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SÉCULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

No decurso de uma manifestação de apoio ao MFA, realizada em Lisboa na passada semana, o Conselho da Revolução endereçou ao povo português e particularmente às massas trabalhadoras uma mensagem que, pela sua importância, merece ser meditada. Eis o seu texto integral:

Amigos e camaradas, ao assistir a esta manifestação é com muito agrado que o Conselho da Revolução constata que, de facto, as massas trabalhadoras aqui presentes estão com o MFA na caminhada revolucionária para o socialismo português. Vive-se neste momento uma crise mas é na unidade de todos os trabalhadores que terão de se cimentar as conquistas da nossa Revolução. Por isso mesmo têm vindo a ser feitos pelo Conselho da Revolução vários esforços no sentido de evitar a convocação de qualquer manifestação que possa pôr em perigo a unidade das massas trabalhadoras. A continuação das lutas partidárias é, neste momento, prejudicial ao bom andamento do processo revolucionário e deste modo o Conselho da Revolução declara que considera inoportunas manifestações não unitárias das classes trabalhadoras. Dentro da mesma linha, e dado que muitas forças quer internas quer externas, pretendem identificar o MFA com determinado partido político, o Conselho da Revolução reafirma a sua clara posição suprapartidária, pois não se sente identificado em especial com qualquer partido político, mas sim com todo o Povo português e as classes trabalhadoras principalmente.

O processo revolucionário em curso não é propriedade de nenhum partido político nem sequer do MFA. O processo revolucionário terá de ser principalmente obra das massas populares e não se poderá compadecer com políticas partidárias que não sobreponham o interesse nacional aos interesses dos partidos. Nesse sentido, o Conselho da Revolução apoia todas as manifestações unitárias das massas trabalhadoras, mas declara-se firmemente disposto a desmascarar quaisquer manobras partidárias, venham de onde vierem, no sentido de separarem o MFA de parcelas do Povo português. Repito, pois, um apelo a todo o povo trabalhador no sentido da unidade à volta da batalha da produção e de todas as outras tarefas importantes da nossa revolução a caminho do socialismo.

A unidade terá de ser um facto em toda a parte, quer seja na fábrica, no campo ou nos locais de residência. Só assim venceremos a difícil tarefa da batalha da produção e iniciaremos a revolução do socialismo em Portugal. Podereis ter a certeza de que o MFA estará sempre ao lado de todos os trabalhadores na defesa da Revolução e que nunca hesitará nos maiores esforços e sacrifícios para alcançar, em união com as massas trabalhadoras, os objectivos que nos propusemos.

NOTÍCIAS DO MFA

A BATALHA DA PRODUÇÃO: O PLURI-EMPREGO (pág. 3)

DISCURSOS DE VASCO GONÇALVES E JOÃO CRAVINHO (págs. centrais)

MFA — POVO (págs. 6-7)

PÁGINA CULTURAL (pág. 8)

É PRECISO GANHAR MAIS REVOLUCIONÁRIOS PARA A REVOLUÇÃO

As vias mais eficazes para as transformações socialistas, não podem deixar de reflectir as particularidades históricas concretas de cada país. No entanto as forças hostis ao socialismo desde os sociologos e historiadores burgueses, aos reaccionários da direita e da esquerda, não cessam de enveredar teorias, que apesar da diferença de métodos utilizados tem um único e mesmo objectivo que é destruir a unidade e dividir confundindo os que o pretendem atingir.

Os defensores destas concepções ou negam pura e simplesmente ou deformam as leis gerais do socialismo, afirmando mesmo a legitimidade de socialismos diferentes. Assim alguns teóricos proclamam que alguns modelos utilizados por outros países, não são aplicáveis nos nossos dias senão em países subdesenvolvidos (coloniais e semicoloniais), opondo-lhe um modelo industrial, de acordo com países altamente desenvolvidos.

Do mesmo modo e não esquecendo as concepções metafísicas esquerdistas que fazem divisões no sistema socialista mundial, nada têm a ver com uma autêntica compreensão científica da dialéctica na edificação de uma sociedade nova, as múltiplas elocubrações do socialismo ultimamente surgidas: cristão, humanista, democrata ou nacional. Atrás destas criações encontram-se forças sociais cuja atitude para com o socialismo, é diferente e contraditória.

É pois necessário ter bem presente que a via para o socialismo passa por uma etapa de transformações revolucionárias democráticas populares, objectivamente necessária para exterminar as raízes do fascismo. Só a análise científica e rigorosa, nos poderá levar ao objectivo fundamental, a compreensão científica que evidencia por exemplo o que distingue um país capitalista de outro, e da importância de criar uma aliança de classe sólida, pronta e apta a seguir com convicção o proletariado na via das transformações socialistas.

Outro ponto que parece importante frisar neste momento é o da unidade. Parece-nos indispensável que as forças políticas que têm como objectivo comum a luta anti-imperialista, o desenvolvimento da democracia antimonopolista, se unam numa vasta aliança democrática. O potencial revolucionário deste género de alianças políticas e sociais é muito grande, não parecendo historicamente viável a construção do socialismo sem a sua efectivação, dado que em caso contrário emergirá a contradição de termos uma forma política de acção proletária e um conteúdo de reforma burguesa.

A condição de sucesso para uma revolução como a nossa deverá ser a tomada concreta de medidas políticas, económicas e sociais, que não obrigue a passividades no processo de transformação, quase sempre sinal de falta de maturidade, e da sua vulnerabilidade aos golpes da reacção. Aparecem então os perigos resultantes da falta de firmeza revolucionária, para com as classes ainda dominantes e privilegiadas.

É por esta razão que é dever dos revolucionários estarem vigilantes, e de tomarem na altura oportuna as medidas para neutralizarem a reacção, evitando que esta reagrupe forças para se lançar em assaltos ao novo poder. Em cada revolução existe portanto um limite para além do qual o desejo do movimento triunfante, de evitar vítimas e destruições inúteis, se pode transformar em complacência directa para com as forças contra-revolucionárias.

Outra ameaça vem do lado oposto, das pressas e exageros esquerdistas, ao tentarem ultrapassar etapas de desenvolvimento objectivamente necessárias, e de acabar explosivamente com as instituições do regime derrubado sem que criem condições para a sua substituição. Isto poderá aumentar e precipitar as crises económicas, originar confrontações de poder e minar a sua base social. Temos perante os nossos olhos casos concretos bem elucidativos do que acima se disse.

Necessita-se pois, de encontrar a justa dimensão das acções revolucionárias que visem a destruição das posições que mantêm os exploradores no mecanismo de Estado e na vida pública.

Antes de mais deve procurar-se a razão fundamental da nossa luta que é garantia de um modo decisivo a solidez das conquistas revolucionárias, no caminho da mudança política. O poder dos trabalhadores não deverá assumir funções destrutivas e defensivas senão na medida em que as condições concretas da luta contra o inimigo de classe o obrigarem.

A BATALHA DA PRODUÇÃO (2)

Na primeira parte deste artigo foi referida a política antinacional seguida pelo governo fascista que determinou o afrouxamento da produção agrícola e a criação de uma cada vez maior dependência externa em produtos alimentares essenciais.

É importante analisar agora o papel que o Fundo de Abastecimento desempenhou na execução dessa política. Criado em 1947, altura em que o então Ministro da Economia promoveu importações maciças de produtos alimentares essenciais, o Fundo de Abastecimento resultou da unificação dos vários fundos existentes nos organismos corporativos e de coordenação económica, os quais dada a sua diversidade e dispersão eram de difícil controle.

Citando o diploma que o criou, foram atribuídas ao Fundo de Abastecimento as seguintes funções:

... "Suportar parte do custo de algumas mercadorias essenciais ao abastecimento público de maneira a tornar o seu preço compatível para o consumidor, e a facilitar a instalação e apetrechamento de frigoríficos, silos e armazéns" ...

Para tal foram-lhe adjudicadas as seguintes receitas:

— Os saldos dos fundos que foram unificados menos 150 000 contos, destinados a um outro Fundo criado na mesma altura — Fundo de Fomento Industrial;

— As receitas dos fundos unificados;

— Os juros dos fundos capitalizados;

— Quaisquer outras quantias a esse fim destinadas por despacho do Ministro da Economia.

Decorrente da execução das suas atribuições e da unificação dos fundos existentes na organização corporativa, estabeleceu-se uma íntima ligação entre o Fundo de Abastecimento e os organismos corporativos e de coordenação económica até porque eram estes que intervinham directamente no mercado.

O Fundo de Abastecimento constitui, assim, um instrumento privilegiado para a execução da política de manutenção de preços baixos nos produtos alimentares essenciais.

Esta política levada a cabo com a "finalidade" de estabilizar o custo de vida, teve por único objectivo evitar o deflagrar das greves e o aumento substancial dos salários que não permitiam aos monopólios obter os lucros altos, única motivação da burguesia

(Cont. na pág. 3)

MFA NOTÍCIAS

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO MFA — 26 de Maio

COMUNICADO FINAL

"A Assembleia abriu com uma breve exposição feita pelo Presidente da República em que focou as repercursões que estão tendo na opinião pública portuguesa, especialmente na opinião pública internacional, os últimos acontecimentos políticos em Portugal devidos, na maior parte, ao seu intencional e desproporcionado empolamento.

Foram ainda relatadas à Assembleia, pelo almirante Pinheiro de Azevedo, as impressões sobre a reunião de alto nível na NATO, em que participou. Salientou que a delegação portuguesa não foi sujeita a qualquer tipo de pressão que tivesse como causa a situação política interna.

O major Vítor Alves fez um relato da situação política em Timor, aonde se deslocou em missão definida pela Comissão Nacional de Descolonização. Integrada nesse relato fez ainda uma breve exposição sobre a situação política geral no Extremo Oriente.

Por ter sido julgado conveniente alterar a ordem dos trabalhos, anteriormente fixada, passou-se à discussão do seu ponto n.º 4 "Consolidação da aliança POVO-MFA". Foi aprovada na generalidade uma proposta do Gabinete de Dinamização do Exército a desenvolver por um grupo de trabalho, no sentido de reforçar a aliança POVO-MFA, através da ligação da estrutura do MFA às organizações populares.

Estas organizações entendem-se sob uma perspectiva unitária, tendente a superar quaisquer divergências partidárias e a garantir uma sequência correcta do processo revolucionário, tendo em conta que não se pretendem marginalizar as organizações de massas já existentes no País.

Na parte da tarde, abrangendo os pontos n.º 2 e n.º 3 da agenda, os trabalhos foram retomados com a análise da actual crise política. Após esclarecimentos prestados por membros do Conselho da Revolução e de intervenções dos delegados, foi aprovada pela Assembleia uma recomendação para orientação do Conselho Superior da Revolução no sentido de, com firmeza, se proceder à mais rápida resolução da crise aberta, transmitindo e fazendo sentir aos dirigentes do PS o teor geral das críticas que a Assembleia manifestou pela sua não comparência nos últimos Conselhos de Ministros. Foi aprovada por unanimidade e por aclamação uma moção apresentada pela Comissão Nacional de Sargentos dos três ramos das Forças Armadas em que se considera, nas suas linhas gerais, que o MFA, para dinamizar e acompanhar a realização das directivas políticas emanadas do Conselho da Revolução e da sua Assembleia de Delegados necessita da presença, nos níveis mais elevados do Executivo, de elementos cuja consciência política, prestígio e dedicação à causa revolucionária sejam inequívocos. Nesse sentido, a Assembleia, afirmando serem as funções do Primeiro-Ministro de fundamental importância dentro do Movimento das Forças Armadas, reiterou uma vez mais o seu apoio ao brigadeiro Vasco Gonçalves no desempenho daquelas funções."

COMUNICADO FINAL DA ASSEMBLEIA DO M.F.A.

"Conforme a ordem de trabalhos publicamente divulgada, a Assembleia do MFA, reunida no dia 19 de Maio, iniciou-se com uma intervenção do Presidente da República, desenvolvendo uma curta análise sobre política internacional: repercussão mundial das eleições portuguesas, situação no Sudoeste Asiático e no Médio Oriente foram os pontos mais salientes.

"Ainda no mesmo ponto da agenda, interveio o ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, que relatou os aspectos mais relevantes da sua visita oficial aos Estados Unidos.

"Destacou os contactos que teve com as personalidades do Governo norte-americano, os contactos com os meios da informação e meios universitários, bem como os encontros que efectuou com as comunidades portuguesas ali radicadas. Quanto a este último aspecto, salientou a hostilidade de que, por vezes, foi objecto, observando os condicionalismos vários que a justificam, entre os quais avultam as distorções de informação a que tais comunidades se acham sujeitas e que constituem uma barreira onde o espírito do 25 de Abril dificilmente penetra.

"Foi seguidamente apresentada uma longa e pormenorizada exposição sobre a descolonização e, no caso específico de Angola, a caracterização das forças em presença e perspectivas de evolução.

"A Assembleia considera que a situação em Angola se reveste da mais alta gravidade e que a evolução do processo revolucionário português passa por uma solução de independência daquele país que impeça a implantação de um novo colonialismo.

"A Assembleia considerou ainda poder admitir-se que a ofensiva da reacção e de grupos esquerdistas provocatórios, que se verifica neste momento em Portugal, visa em primeiro lugar desviar as atenções das autoridades revolucionárias portuguesas do que acontece em Angola.

"Mais considerou que é urgente e extremamente necessária a mobilização da opinião pública portuguesa para os problemas de descolonização particularmente em Angola, objectivo este para que se espera a colaboração indispensável das organizações políticas, órgãos de comunicação social e do Povo Português em geral.

"A Assembleia reiterou a confiança na actuação das Forças Armadas Portuguesas em Angola, com especial apreço pela sua serena e lúcida acção, assegurando-lhe total apoio do MFA em Portugal.

"Pela sua oportunidade, a Assembleia apreciou os incidentes ocorridos no último fim-de-semana, provocados pelo MRPP, em que foram envolvidas forças operacionais do COPCON, tendo aprovado o comunicado hoje emitido por este comando, onde é salientado o carácter divisionista e contra-revolucionário do referido agrupamento.

"Seguindo a ordem de trabalhos, foi analisada a evolução da situação política desde o 11 de Março, com especial incidência sobre a construção do socialismo em Portugal. A Assembleia considerou dever reflectir-se nos aspectos mais intimamente ligados à independência nacional e às hipóteses possíveis da estrutura do desenvolvimento na nova sociedade portuguesa a construir.

"Factos mais salientes do 1.º de Maio e sua interpretação foram a seguir objecto de algumas intervenções, tendo a Assembleia considerado que o MFA deve intensificar as suas ligações directas com todas as estruturas de participação popular em fase de arranque — comissões de bairro, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, etc. — como forma de consolidação da aliança POVO/MFA e da superação das divisões partidárias na luta comum para a batalha da produção e da efectiva construção do socialismo e sua defesa revolucionária.

"Pelo Presidente da Comissão de Inquérito ao 11 de Março, foi esclarecida a Assembleia sobre o andamento dos seus trabalhos. Por proposta do Conselho Superior da Revolução, foi aprovado um voto de louvor ao excelente e oportuno trabalho já realizado e reiterada a confiança à comissão.

"Discutidos, em seguida, aspectos relacionados com o tribunal revolucionário, a Assembleia aprovou a sua constituição que será de: um presidente (oficial general), dois vogais (oficiais superiores) e um auditor (juiz de Direito togado).

"Todos estes elementos, a designar pelo Conselho Superior da Revolução.

"A existência de um júri constituído por doze elementos efectivos e sem suplentes, a nomear pela Assembleia do MFA, sendo os efectivos: do Exército, quatro oficiais, um sargento e uma praça; da Força Aérea: um oficial, um sargento e uma praça; da Armada: um oficial, um sargento e uma praça.

"Dado o adiantado da hora, foi aprovada a transferência, para uma assembleia extraordinária, dos dois últimos pontos (9 e 10) da agenda.

"Por fim, entrou-se na discussão do último ponto, que visava analisar a consolidação da aliança POVO/MFA e a sua ligação às estruturas populares já focadas noutro passo da reunião e também já referidas neste comunicado.

"Assim começou a ser analisada uma perspectiva de estrutura eventualmente a considerar no projecto de reconstrução nacional que assente em órgãos já existentes a partir do Conselho Superior da Revolução, da Comissão Dinamizadora Central — 5.ª Divisão — das Assembleias de Delegados das Unidades, e outros ainda a formar."

COMEMORAÇÃO DO 25 DE ABRIL EM CARTAGENA

O pessoal da Armada em serviço na delegação da Direcção das Construções Navais, em Cartagena (Espanha), efectuou uma reunião comemorativa do 25 de Abril da qual transcrevemos parte de uma intervenção:

Após os acontecimentos de 11 de Março, o MFA enveredou pela construção de uma economia do tipo socialista. Ficou assim clarificada a posição do Movimento e aumentaram assim as responsabilidades inerentes do mesmo. Deu-se como que um salto qualitativo no seio do MFA o que permitiu resolver contradições que existiam e que empenavam o avanço do processo revolucionário em que o MFA está empenhado. Assim sendo, o MFA terá que responder a todas as solicitudes duma forma rápida e eficaz. Para isso, o MFA deve ser o grupo crescente e organizado de oficiais, sargentos e praças que tendo em vista o incondicional apoio a todas as medidas emanadas do Conselho da Revolução e da nova Assembleia de Delegados, se coloca à frente das FA, para que, de braço dado com o Povo, alcance os objectivos da revolução socialista do nosso País.

Por isso o MFA deve estar presente em todas as unidades, devidamente organizado e deve tender para as FA não por cedência daquele na sua plataforma política mas por adesão a esta, de todos os membros das FA.

Deve-se pois, agora, como prioritário disciplinar a organização militar nas unidades, tirar o maior rendimento delas dentro das missões necessárias à revolução e congregar todas as nossas energias, oficiais, sargentos e praças, na prossecução da defesa dos interesses reais do nosso Povo, expressados pelo Conselho da Revolução.

MFA EM MOÇAMBIQUE

"MARÇO 11 — ONZE MESES APÓS"

MOVIMENTO — BOLETIM DO MFA EM MOÇAMBIQUE — E REVOLUÇÃO

Recebemos mais um número da revista do MFA em Moçambique, *Movimento e Revolução*. Transcrevemos o editorial, sobre o 11 de Março.

De violência em violência, as estruturas do passado procuram o regresso à sua vivência.

Primeiro, tentaram-no as estruturas de pensamento: Junho, dois meses após. Depois, as estruturas económicas, empurrando inadaptáveis: Setembro, cinco meses após.

Agora, o capital, numa primeira investida: Março, 11, onze meses após. Marcaram-se limites ao inimigo. A primeira derrota fê-lo recuar. Vai amadurecer os erros, corrigir conceitos, conceber novas manobras, planear formas de actuar. O seu objectivo é inalterável — paragem, regresso, reconstrução das formas destruídas. Privilégios, chefia, tranquilidade irracional de espírito, satisfação orgânica de pensamento.

Sem explorados na retina, sem oprimidos à porta.

Não há fome, não há humilhação — tira-se a prova na sua própria casa.

E quem disser que tem fome? Perturba a sociedade. Subverte as estruturas morais.

Prende-se. E quem levantar a voz, apontar erros, denunciar a opressão? É inimigo de Portugal. Tortura-se!

E quem enveredar pela violência revolucionária, cansado de gritos? Mata-se!

O inimigo tem vindo a beneficiar de tudo quanto construiu ao longo de 48 anos. O legado que lhe foi arrancado, tem sido o seu maior aliado: o atraso político, os sentimentos da população, a podridão das estruturas ...

Foi um triunfo bem curto, a conquista dos valores deixados.

A verdadeira luta, aquela que há-de levar a vitórias definitivas começa a seguir: entre o Povo, longamente reprimido, e os ditadores de ideologias de superioridade ou de relações de opressão, mesmo que camufladas por promessas de igualdade.

De degrau em degrau, a escalada da violência ...

Pacientemente, cientificamente, o inimigo elabora e aperfeiçoa os seus planos. Só um factor fugirá à sua precisão — a vontade do Povo. Porque esta depende da sua consciência revolucionária, determinada pela mobilização organizada dos trabalhadores. Quando o imperialismo desferir o seu próximo golpe, através da crise económica, restam ao povo duas hipóteses — ou a consciência das suas conquistas e das manobras inimigas, como prelúdio da sua próxima vitória, ou o desânimo de espírito, motivado pela crise que se avizinha, como ante-câmara do regresso à situação anterior.

O imperialismo começa a aperceber-se de que o Povo Português jamais permitirá qualquer compasso de espera, na arrancada vitoriosa que a continuidade da Revolução garante.

O Povo Português há-de marcar, por contra-violência revolucionária, estreitos limites às estruturas do passado. Mas é fundamental o alicerçamento da consciência e da vigilância populares: é fundamental que o motor da Revolução seja a sua autêntica vanguarda, na unidade de esforços, na procura de soluções correctas, na vivência quotidiana dos autênticos problemas do Povo.

Isto é que o MFA como motor, e os partidos políticos progressistas como vanguarda, sejam todos, os construtores da nova sociedade em PORTUGAL.

A BATALHA DA PRODUÇÃO

(Cont. da pág. 1)

dominante. As suas desastrosas consequências para o sector agrícola e em especial para os pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais foram já analisados na primeira parte deste artigo.

Com o começo da guerra colonial e o desvio das receitas públicas para despesas militares a realização de investimentos públicos começou a ficar comprometida, ficando a maior parte dos projectos apenas no papel.

Em virtude disso em 1963 as receitas do Fundo de Abastecimento passaram também a financiar obras incluídas nos Planos de Fomento, tendo-se criado a ilusão de que tudo podia ir buscar-se ao Fundo de Abastecimento, espécie de Fundo sem fundo, saco azul providencial.

Pretendia o governo fascista dar maior flexibilidade à colaboração e apoio do Fundo de Abastecimento na ampliação dos meios financeiros atribuídos ao crédito e à política de "fomento agrário" e assim foram-se buscar a este verdadeiro "centro financeiro" destinadas a obras, verbas que pouco ou nada tinham a ver com os seus objectivos — regularizar preços no consumo e executar investimentos em infra-estruturas ligadas à regularização do abastecimento, tais como, silos, armazéns, redes frigoríficas, etc. — enquanto a construção destes ia passando para segundo plano e ficava por realizar.

Quanto à política de crédito e de "fomento agrário", nomeadamente no que respeita ao investimento em infra-estruturas e à concessão de crédito, apenas se realizaram investimentos e se concederam créditos de que só viriam a beneficiar os grandes proprietários, através de execução de algumas obras de regadio e de certas facilidades para a mecanização.

Infra-estruturas directamente ligadas ao abastecimento nem nelas se pensava contando talvez com uma permanente baixa das cotações internacionais. Isso faz com que se tenham que gastar hoje em dia enormes somas, devido à falta de infra-estruturas básicas; a título de exemplo indica-se o facto de em 1973 os fretes dos cereais terem ficado cerca de 300 mil contos mais caros, devido às esperas a que os navios foram obrigados, nos portos de Lisboa e Leixões, esperas essas resultantes da falta de cais próprios para descarga do produto e da falta de capacidade de armazenagem.

Quanto à regularização dos preços no consumo, ela só é possível através do aumento da produção interna. Para tal teria sido necessário fomentar essa produção integrando as medidas para estabilização do custo de vida, com uma política de preços à produção que proporcionasse ao pequeno e médio agricultor um aumento dos seus rendimentos; isso ter-lhes-ia permitido um reapetrechamento e melhor tratamento das terras e, consequentemente, um aumento do nível de produtividade. Teria sido necessário, ainda, alterar a estrutura produtiva, ou seja, ter feito uma reforma agrária, mas isso não estava realmente nos interesses e objectivos do governo fascista, antes pelo contrário era-lhes oposto.

Em meados de 1973 três factores vieram simultaneamente contribuir para deitar abaixo toda a política de actuação do Fundo de Abastecimento, destruindo o seu equilíbrio financeiro e descobrindo — pode dizer-se — o fundo ao Fundo. Esses factores foram os seguintes:

1 — A necessidade de alargar desmedidamente os sectores em que foi chamado a intervir e os produtos cujo preço passou a subsidiar.

2 — A subida vertiginosa das cotações internacionais dos cereais que veio a transformar em grande fonte de prejuízo o que anteriormente ia dando alguma receita.

3 — A compensação estabelecida, para manter baixo o preço do fuel, reduziu substancialmente as receitas provenientes dos combustíveis.

Dada a falta de coragem e iniciativa com que estes factores foram enfrentados — que estava aliás de acordo com a incapacidade que o governo fascista sempre demonstrara para resolver os problemas que surgiam — os défices do Fundo de Abastecimento começaram a surgir e foram-se acumulando de tal modo, que em fins de Abril de 1974 atingiam cerca de 5 milhões de contos.

Chegou-se àquela situação porque a política seguida pelo Governo fascista, consistiu em adiar a resolução do problema nacional criado pela subida das cotações internacionais, deixando acumular enormes dificuldades de ordem financeira no Fundo de Abastecimento, as quais sempre foram escondidas ao País.

Assim, em meados do ano passado, em virtude da subida acelerada dos preços dos produtos que importamos, o Governo Provisório viu-se perante um agravamento diário do défice do Fundo de Abastecimento da ordem dos 26 000 contos.

Para que esse défice não se agravasse mais, o Governo Provisório teve que aceitar alguns aumentos nos preços de determinados produtos e, paralelamente, aumentar os preços dos combustíveis.

Se não se tivesse tentado uma aproximação aos preços reais e se mantivesse a política adoptada em 25 de Abril, o défice do Fundo de Abastecimento no fim de 1974 teria ascendido a cerca de 10 milhões de contos.

A manutenção artificial dos preços no consumidor a um nível baixo, é obviamente popular e até permitiria dar a entender que se estava levando a cabo uma política anti-inflacionista bem sucedida. Porém, como esse défice subsidiava quase exclusivamente o consumo, os seus efeitos na dinamização da produção interna seriam muito reduzidos.

Com as condições políticas, criadas em resultado do 11 de Março, foi possível:

— Dar os primeiros passos no caminho da reforma agrária;

— Definir uma política de preços integrada — consumo/produção.

A nova política de preços no consumidor, dado que o seu objectivo é estabilizar quanto possível o custo de vida, impõe que de momento se mantenham determinados subsídios ao consumo de bens essenciais, subsídios esses que só se poderão ir eliminando, quando o aumento do nível de produtividade da nossa agricultura se começar a sentir.

Da execução das medidas tomadas no âmbito da reforma agrária — que não se fará efectivamente sem a luta dos que trabalham a terra, e que terão de se associar e organizar procurando a melhor via para a levar à prática — resultarão condições não só para um aumento efectivo de produção a médio ou a longo prazo, mas também para que sejam os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores rurais os beneficiários da política de preços à produção.

Neste momento existem já factos concretos, que demonstram aos trabalhadores dos campos estar a economia posta ao seu serviço, tornando-se necessário que desenvolvam a sua luta organizada, a qual passa também pela batalha da produção.

Então PORQUÊ a batalha da produção

Porque a produção nacional é muito inferior ao consumo — em bens alimentares temos que importar mais de metade do que se consome.

Porque importando estamos dependentes dos grandes produtores mundiais tanto quanto a quantidades como a preços.

Porque não controlando os preços dos produtos importados, sofremos internamente as consequências dos preços que esses países nos fixam e das quantidades que estão dispostos a vender-nos.

Porque pretendendo-se internamente manter, tanto quanto possível, os preços no consumidor, não poderemos estar dependentes da importação da forma como estamos. Enquanto assim continuarmos há que importar e há que subsidiar — umas vezes mais, outras menos, mas há que subsidiar.

Porque ao importar o que poderemos produzir, estamos a gastar noutros países os meios financeiros necessários ao investimento interno; e ao subsidiar produtos dos quais importamos grandes quantidades estamos essencialmente a subsidiar consumos. Isto é, os meios financeiros vão essencialmente compensar os custos de importação e não os custos da produção interna. Porque para importar e subsidiar há necessidade de recursos, os quais provêm da colectividade.

E então PARA QUÊ a batalha da produção?

Para que ao aumentar a produção interna se tenha que importar cada vez menos.

Para que importando menos possamos ser mais independentes, deixando de estar sujeitos às quantidades e preços que outros países nos queiram impôr, e deixando de transferir para esses países divisas que muita falta nos fazem.

Para que todos os recursos que provêm da colectividade sejam postos integralmente ao serviço da mesma colectividade, não os consumindo com subsídios à importação, mas consumindo-os sim com subsídios à produção interna.

Para que possamos criar cada vez mais as condições que nos permitam planear a melhor aplicação dos fundos públicos, ao serviço da produção nacional, ou seja, ao serviço da independência nacional.

A BATALHA DA PRODUÇÃO E O PLURI-EMPREGO

Deve ser já convicção de todos os portugueses que a batalha da produção tem de ser ganha: mais trabalho melhor produtividade, restrições a consumos supérfluos e mesmo austeridade. É fundamental que se diga e repita que todos nós estamos a viver acima das nossas reais possibilidades. A austeridade impõe-se para se construir o socialismo: sociedade mais justa, onde fica banida a exploração do homem pelo homem.

Uma das formas de austeridade é a eliminação do pluri-emprego, num momento em que cerca de 200 000 portugueses estão desempregados. Todos nós sabemos que muitos dos que agora se encontram em mais de um emprego criaram essa situação para satisfação da necessidade de uma vida melhor que não estaria ao seu alcance de outro modo. Outros, por espírito de ganância e na maior parte das vezes aproveitando-se de um regime que favorecia as mais variadas formas de compadrio, enveredaram por essa via e só descansavam quando atingiam vários tachos, talvez tudo em "part-time"! É evidente que entre uns e outros vai uma grande distância, mas não é menos certo que se torna urgente combater essa situação de tremenda injustiça social, sobretudo se nos lembrarmos que ainda há pouco tempo, cerca de 50 por cento dos portugueses empregados ganhavam o salário mínimo, ou seja, 3 300$00 mensais.

É necessário trabalhar mais para vencer a batalha da produção. Vencê-la-emos mas com o concurso de todos os portugueses!

Impõe-se criar novos empregos e isso tem de ser feito à medida que formos capazes de ir criando riqueza para investir em novas unidades de produção. Mais-valia que não é jamais estranha aos trabalhadores, pois a eles se destina com a criação de novos postos de trabalho numa dinâmica de desenvolvimento económico a favor da colectividade. Mas também se criam novos postos de trabalho combatendo o pluri-emprego, onde quer que ele se encontre sob os mais variados disfarces.

É justo que se diga que é contra-revolucionário ter mais de um emprego remunerado, doa a quem doer, ainda que se tenha de ir bater à porta de um antifascista. Há que respeitar o passado mas não endeusá-lo; só se é revolucionário com a prática diária e não com rótulos partidários, que nalguns casos são refúgio de grandes fascistas da nossa praça. Se houver resistência, há que desmascarar e é tarefa de todos os trabalhadores e das suas comissões representativas avançarem neste momento para esse tipo de luta. Assim se verá quem está efectivamente interessado no avanço da consciência colectiva para a construção do socialismo.

Nos últimos tempos tem-se insistido demasiado na utilização de determinadas pessoas de confiança que sabem de muitas coisas e cada vez vão sabendo de mais ainda. Normalmente trata-se de "saber relativo", pois a sua formação poderá ser suficiente para encarar com um certo ó-vontade os mais diversos problemas, mas isso está muito longe de uma verdadeira competência. Essas pessoas, vão sendo assim imprescindíveis em vários domínios e daí a tornarem-se contra-revolucionárias vai um pulo.

Não nos podemos esquecer que queremos caminhar para uma sociedade que não cultive génios privilegiados; ninguém pode trabalhar por dois de forma eficaz, a qualidade não bastará para se sobrepor ao número, à quantidade. Devemos sim aplicar o máximo das nossas possibilidades no nosso posto de trabalho e não em diferentes sectores, muito menos com remunerações acumuladas.

É urgente assentarmos também que nem sempre são necessários "especialistas" para dirigirem ou coordenarem sectores aparentemente complicados. Deixemos que os trabalhadores participem e assumam o controlo da produção, já que só a prática lhes pode dar as condições necessárias ao triunfo do socialismo. Vamos vencer a batalha da produção! Vencê-la-emos também, combatendo o pluri-emprego!

DISCURSO PROFERIDO POR SUA Ex.ª O PRIMEIRO-MINISTRO NA SOREFAME, NO DIA 17 DE MAIO DE 1975

Trabalhadores da Sorefame:

Depois do que aqui foi dito, pouco mais tenho a acrescentar. Os meus camaradas do Conselho da Revolução, do Movimento das Forças Armadas, do Governo Provisório e eu, estamos profundamente satisfeitos por nos termos deslocado aqui, porque tivemos ocasião de verificar que aquilo que vos disseram os vossos camaradas seria aquilo que nós vos iríamos dizer.

Os vossos camaradas deram uma clara mostra de consciência política, de consciência social, de consciência de trabalhadores ao serviço da nossa Revolução.

Que mais posso eu vir aqui dizer, do que aquilo que vos disseram os vossos camaradas?

E peço licença para dizer aqui umas modestas palavras, ao pé dessas palavras tão belas que aqui foram proferidas pelos vossos camaradas, e ao pé dos caminhos que foram apontados pelo Sr. Ministro da Indústria.

Os trabalhadores da Sorefame têm uma longa tradição de luta, mesmo no tempo do fascismo e apesar das tremendas dificuldades conseguiram provar que a luta é sempre possível se existir uma forte consciência política. O reconhecimento do 1.º de Maio, como feriado na Sorefame e a greve de Janeiro de 74, demonstram essa realidade.

VENCER A BATALHA DA ECONOMIA

O triunfo da revolução portuguesa depende decisivamente do triunfo no campo económico, do relançamento em moldes socialistas de uma economia empobrecida pelas distorções do fascismo, pela dependência do capitalismo internacional em crise aguda, pelos obstáculos a percorrer semeados constantemente no caminho que estamos.

Há que reafirmar — o triunfo da revolução exige uma batalha travada a todos os níveis, sem descanço nem hesitações. São as massas trabalhadoras em união estreita com o MFA que determinarão o futuro da nossa Pátria, porque é da adesão dessas massas aos grandes objectivos nacionais que dependem os resultados da nossa batalha.

Os grandes objectivos nacionais são: a independência da nossa Pátria, a construção de uma sociedade em transição para o socialismo, que aponte para o socialismo. Mas nós temos que ter bem a consciência de que não construímos o socialismo de um dia para o outro nem por milagre; será com o trabalho de todos os portugueses que ele será construído e isso leva tempo. A construção do socialismp passa pela revolução das consciências, pela revolução do trabalho. Nós não dizemos que amanhã vamos ter o socialismo; mas o que dizemos é que estamos construindo uma sociedade que aponta para o socialismo.

Não temos um caminho fácil à nossa frente, a libertação do homem não é fácil, mas eu pergunto, quando os objectivos são a liberdade e a justiça, o que é que pode travar a vontade e a capacidade de luta das massas trabalhadoras? É essa vontade aliada à consciência política que permitirá superar dificuldades que se nos deparam, como sejam, entre outras, as que eu queria salientar hoje aqui: factores divisionistas dos trabalhadores, o exagero das lutas partidárias e reivindicações salariais irrealistas.

Eu penso que vós deveis defender a vossa unidade como aquilo de mais precioso que hoje, neste momento, tem a nossa revolução. Vós tendes o direito e tendes o dever de terdes ideias políticas, diferentes uns dos outros.

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Mas acima das nossas divergências políticas temos os grandes objectivos nacionais a atingir. E os trabalhadores devem sobretudo ver o que é essencial na sua luta, ver o que é principal e não de seixarem enredar por questões e por lutas de pormenor e lutas de carácter secundário.

A vossa unidade é aquilo que mais de precioso deveis defender. A vossa unidade forja-se no contacto quotidiano, nas discussões entre vós sobre os grandes problemas nacionais, sobre as tarefas que tendes de realizar. A vossa unidade resolve-se na crítica aberta, construtiva, desassombrada, no falar frente a frente com lealdade, com coragem, com franqueza; resolve-se no desmascaramento do oportunismo e do divisionismo e tendo sempre bem presente os grandes objectivos nacionais a atingir, porque hoje os governantes, o MFA, podem afirmar que os grandes objectivos nacionais a atingir são os objectivos das classes trabalhadoras e todos os que estão interessados na revolução que aponta para o socialismo.

Ninguém de boa fé pode negar a necessidade, a urgência da unidade dos trabalhadores. Ninguém se pode opôr a essa unidade, porque essa unidade é condição fundamental da sobrevivência da nossa Pátria. A unidade é hoje um dever de honra de todos os portugueses. Ela é uma condição da construção da nova sociedade por que todos nós ambicionamos, e a construção dessa nova sociedade necessita, além dessa condição, da subordinação das lutas partidárias sempre, mas sempre, ao interesse nacional.

Necessitamos de realismo económico. Os trabalhadores da Sorefame têm compreendido estas necessidades, e o seu nível de consciência política permite-lhes superar as dificuldades apontadas.

É preciso que o seu exemplo, tal como outros exemplos existentes, alastrem a todo o País. Que este exemplo vosso frutifique, que seja um exemplo criador. É essa vontade que permitirá fortalecer uma verdadeira consciência de classe, impermeável às manobras do capital e às utopias do esquerdismo anarquisante. Deveis ter uma forte consciência de classe. Os interesses das classes trabalhadoras estão identificados com os interesses nacionais. É ainda essa vontade que permitirá, em coordenação com os órgãos centrais de planeamento e decisão política, desenvolver todo o potencial criador das massas trabalhadoras, levando-as a estudar e a criar formas adequadas de participação no processo revolucionário e, particularmente, no controle da produção, através das próprias organizações que vão criando conselhos de profissão ou outras formas conjugadas com os órgãos sindicais.

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA

Deverão os trabalhadores participar no estabelecimento dos planos anuais das empresas, no estabelecimento dos preços dos produtos, na solução dos problemas salariais, na organização técnica da produção, na aplicação dos capitãis, no estudo da distribuição e da colocação dos produtos.

Para a realização das tarefas apontadas pelo Ministro da Indústria é indispensável a vossa participação, porque esta revolução é uma revolução de nós todos.

Não há hoje, não deve haver uma divisão entre governantes e governados, esta revolução é a nossa revolução.

Nós estamos aqui mas estamos prontos a ir para aí, para o vosso lugar, e vós virdes para aqui. Isto é uma revolução de nós todos.

Devemos afastar também das nossas mentalidades os vícios da sociedade de consumo, criando ídeias correctas sobre o que são e não são as verdadeiras necessidades humanas, deformadas ao longo do tempo por uma máquina de propaganda posta ao serviço dos interesses do capital. É um dever de honra das classes trabalhadoras e dos homens progressistas, dos nossos aliados das pequenas empresas e mesmo das médias empresas, a construção de uma nova ideia do que é o papel do homem na sociedade; nós temos que ter atenção a todos esses falsos valores da sociedade de consumo com que nos bombardearam constantemente, ao serviço daqueles que dominavam o trabalho e que exploravam o trabalho. Nós temos de forjar, temos de criar uma nova moral revolucionária, uma dignidade própria dos trabalhadores, uma dignidade que deve traduzir a consciência do papel que vós desempenhais hoje na construção da nova sociedade; essa consciência deve ser uma consciência humilde, porque todos aqueles que valem e têm consciência daquilo que estão a fazer, devem ser humildes, humildes para com os seus camaradas, humildes para consigo mesmo, humildes para com a nossa Pátria, a nossa Pátria que somos todos nós.

A humildade revolucionária é um dever de honra e um sinal da vossa dignidade. É essa humildade que nos deve conduzir a todos nós aos sacrifícios que são necessários para construirmos um Portugal novo.

OS SACRIFÍCIOS SÃO NECESSÁRIOS

Já tem sido várias vezes afirmado que nós seremos a geração dos sacrifícios; seremos isso e com muita honra. Vós estais trabalhando para os vossos filhos. Alguns de vós, provavelmente, já não verão em toda a plenitude a sociedade que estais criando, mas serão os vossos filhos, os vossos netos, e os mais novos de vós que a vereis; essa sociedade será criada com o esforço e com o vosso trabalho.

Não há nenhuma revolução desse nome que não exija o sacrifício de gerações. Devemos estar preparados para esse sacrifício, e isso também é uma matéria de discussão quotidiana, quer ao nível dos locais de trabalho, quer ao nível familiar, em casa com as nossas mulheres, com os nossos filhos.

É preciso ter paciência para fazer compreender aos outros que alguém tem de se sacrificar pelo futuro de Portugal. E, esse alguém, somos todos. Isto não anda só com o sacrifício de meia dúzia, isto tem que andar com o sacrifício de todos. Mas é um sacrifício que deve ser alegremente consentido, porque sabemos que nos sacrificamos para o futuro da nossa Pátria, para o futuro dos nossos filhos. Nós próprios ainda beneficiaremos desse sacrifício, já estamos a beneficiar dele. Estas liberdades que nós temos, a liberdade que hoje gozais, essa liberdade também é um produto de sacrifício vosso, porque nós sabemos que esta revolução tem produzido tensões agudas no seio familiar, nas discussões entre amigos.

As pessoas hoje são mais graves, nós hoje não podemos ir dormir sem pensar antes o que é que vamos fazer amanhã pela nossa Pátria, pelos nossos camaradas compatriotas, pelos nossos companheiros compatriotas. É um dever que todos nós temos, temos de nos consciencializar disso e para dias mais difíceis que virão, porque à maneira que nós formos dando passos num sentido inequívoco, irreversável, por um lado consolidamos a revolução, mas por outro lado temos de nos defender dos nosso inimigos. Temos de empenhar muito trabalho na consolidação da revolução, porque é o trabalho que é verdadeiramente criador seja de que ordem for o trabalho. É o trabalho que faz tudo na terra. Há alguma coisa que tenha sido feita na terra sem trabalho? É o trabalho que caracteriza o homem e diferencia o homem dos animais. É o trabalho, a actividade que é vital para o homem, que nos caracteriza como pessoas. Pois bem, esse trabalho na situação revolucionária, é um trabalho que, se por um lado é mais alegre, e nos reconforta moralmente, é também mais penoso. Vós tendes também um grande papel a desenvolver no campo do trabalho, no desenvolvimento da produtividade.

Mas não tenhais medo de expandir as vossas ideias em relação aos vossos camaradas e aos vossos amigos, não tenhais medo mesmo que algum deles às vezes tenha até um sorriso com um ar superior e pense assim: "Mas este palerma porque é que está aqui a dizer isto?" Não tenhais medo disso. Porque o caminho é o que vós apontais, é o caminho da expansão, é o caminho da comunicação e a pouco e pouco, esses outros que se julgaram superiores verão onde está a sua própria mediocridade, e descerão do pedestal em que se encontram e virão até vós. Não tenhais medo, não sejais acanhados. Refiro-me sobretudo às mulheres. As mulheres são muito tímidas, têm medo de dar as suas ideias. Mas as mulheres têm uma força enorme dentro delas. Não vos julgueis inferiores aos homens, exprimi também as vossas ideias, discuti com os homens. As mulheres não devem pensar: — "Isto aqui é trabalho de mulher, isto aqui é trabalho de homem". Não devem pensar assim. Mas também não devem cair no polo oposto.

As mulheres, os filhos, as próprias crianças, também têm espírito criador. Porque as crianças também têm uma cabecinha que vai laborando.

A todos os níveis há ideias criadoras e é preciso que tenhamos consciência disso.

A dignidade de ser homem e de ter a consciência de ser português e de ter a consciência de que temos o dever de trabalhar para a nossa Pátria é que contam. E então, temos o dever de falar uns com os outros, não ter medo uns dos outros, ser francos, de naõ falarmos atrás, de sermos corajosos e virmos ao encontro dos problemas. É preciso que as massas trabalhadoras compreendam sem margem para dúvidas quem são os seus aliados na batalha da produção e na superação das dificuldades. Isso é muito precioso e hoje põe-se esse problema. E não tenhamos dúvidas — só há duas alternativas: ou se está com a revolução ou se está com a reacção. Não há terceiras vias, nem há lugar para neutros. Não pode haver neutros.

Eu queria agora falar dos quadros. Eu penso que os trabalhadores tal como os quadros, devem estar conscientes da sua aliança natural no processo revolucionário.

É claro que os quadros, a certos níveis, se a gente raciocinar profundamente, os quadros também eram e também ainda são assalariados do capital, e nesse aspecto estão ao nível dos outros trabalhadores assalariados. Mas eles, quer pela sua origem social, quer pelos seus hábitos de vida, quer pelos vencimentos que auferem, quer até porque ficam com uma parte, ou ficariam com uma parte da mais valia criada pelos trabalhadores, têm tendência natural para não estar ligados aos trabalhadores. Mas por outro lado, esta situação revolucionária, o que temos vivido depois do 25 de Abril, o próprio processo histórico e revolucionário devem levar os quadros à compreensão que o seu lugar é junto dos trabalhadores, e levar os trabalhadores à compreensão de que necessitam de quadros.

Deve haver uma unidade. Então, se há questões não deve haver rejeição, mas vamos outra vez para a crítica, vamos outra vez discutir, vamos lá ver porque é que há este procedimento ou aquele, porque nós precisamos dos quadros.

Eu estou a dar ênfase a este problema, propositadamente, porque nós nesta batalha da produção precisamos dos quadros, mas precisamos de quadros que sejam tão humildes como os trabalhadores.

OU ESTAMOS NA REVOLUÇÃO OU ESTAMOS CONTRA A REVOLUÇÃO

Porque tudo tem um aspecto dominante secundário, e nesta revolução aqueles que se têm distinguido pelo seu elan, pelo seu trabalho, pelo seu amor aos outros e à Pátria e ao futuro, os que têm naturalmente tomado posições de destaque são os trabalhadores; mas, tenhamos bem presente que precisamos dos quadros e que os quadros no fundo também eram explorados como eram os trabalhadores sob o fascismo. É claro que tinham umas condições melhores de vida evidentemente mas, quem mandava, quem riscava, e em particular nas condições do nosso capital monopolista de Estado, era o dono, era o patrão, eram esses grandes homens dos monopólios que se comportavam como autênticos senhores feudais. Mas atenção não me refiro aos pequenos patrões; nós também precisamos de aliados nesta revolução; precisamos de pequenos empresários, médios empresários, que compreendam esta revolução, que caminhem ao nosso lado; nós precisamos também de alianças porque isto é uma tarefa muito grande. Mas, repito — a revolução só comporta duas situações: ou se está com ela ou contra ela. Não há tipos que possam dizer "eu sou neutral não me interessa nada de política". Não, hoje não se pode dizer isso; só há duas posições, ou estamos na revolução ou estamos contra a revolução. Os quadros portanto também têm que fazer a sua opção se não a fizeram já. Os quadros, ou estão com a revolução ou estão com a reacção. Não há meio caminho nesta tarefa em que nos metemos e que põe a nossa própria vida, o nosso futuro, em jogo. Não há meios caminhos nem meias tintas, há só um caminho ou a rejeição desse caminho.

E nós estamos postados todos em seguir nesse caminho, em seguir para a frente para os destinos gloriosos, para os destinos radiosos de uma Pátria que seja de todos os portugueses.

VIVA PORTUGAL!

PALAVRAS DO MINISTRO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA PROFERIDAS NA VISITA EFECTUADA À SOREFAME NO DIA 17 DE MAIO DE 1975

Não tenho dúvidas, depois do que aqui ouvi, de que os trabalhadores da Sorefame não regatearam esforços para o desenvolvimento da nossa economia ao serviço de todos os trabalhadores. Sei que os trabalhadores da Sorefame estão na vanguarda da batalha da produção; sei que vão ganhar essa batalha juntamente com os outros trabalhadores que querem fazer um Portugal melhor e diferente mas, para ganhar essa batalha, já hoje aqui foi dito, não basta, apenas, trabalhar mais, é essencial trabalhar mais, porque não estamos a trabalhar suficientemente e da maneira mais organizada. Mas não basta, apenas, isso. É preciso mudar o sistema no seu conjunto e por isso a equipa que trabalha no Ministério da Economia antigo (hoje, no caso que nos toca, Ministério da Indústria e Tecnologia), a equipa que o faz, pela minha voz gostaria de vos explicar como é que se está a ver os problemas que nós estamos a defrontar e, por isso, vou falar, não nos problemas da Sorefame, porque esses conhecem-nos vós melhor do que eu, mas de alguns outros problemas que, também, se calhar conhecem melhor do que eu, mas que nos compete, a nós, tratar no seu conjunto em estreita colaboração convosco.

A BATALHA DA PRODUÇÃO É UMA BATALHA DE CLASSE NA CAMINHADA PARA O SOCIALISMO

A situação actual não é, como se sabe, uma situação fácil. Após a Segunda Guerra Mundial a orientação imprimida à industrialização do País visou criar, sobretudo, bases de acumulação monopolista. Sacrificaram-se a esse objectivo, primeiro os interesses dos trabalhadores e, depois, mais recentemente, o dos pequenos e médios empresários. É consequência de uma exploração que foi sôfrega e primitiva e criaram-se unidades economicamente inviáveis. Mantiveram-se, à custa de baixos salários, empresas parasitárias e adiaram-se falências inevitáveis em face da inércia de uma classe de usufrutuários. Não é de admirar, portanto, que sobressaiam, agora, com a maior força, os artifícios de toda a sorte em que assentou a nossa industrialização sob o impulso do capital monopolista. São erros graves que, tarde ou cedo, se deveriam pagar e dar lugar a profunda crise na quase totalidade dos sectores e que, neste momento, se abatem, simultaneamente, sobre a nossa indústria, reflectindo, não só as dificuldades internas mas, também, a crise do sistema capitalista no plano internacional. Só um conjunto de medidas de política global, de carácter marcadamente revolucionário — apenas algumas delas e, talvez, nem é de mais importante dizendo respeito ao Ministério da Indústria e Tecnologia — só, pois, um conjunto de medidas revolucionárias poderá traduzir um clima generalizado de motivação política no quadro no qual se deverão inserir as linhas de força que, em seguida, se traçam. Essas linhas de força dizem respeito a dois grandes princípios:

— Controlar e reestruturar os sectores básicos e a maior parte dos sectores industriais — visto que eles assim o carecem — e

— Aproveitar as capacidades produtivas.

Esses princípios deverão compreender-se no espírito de identificação da dinâmica das classes trabalhadoras num projecto de construção do socialismo. E é aqui que se tem de inserir a batalha da produção.

A batalha da produção não pode ser desligada, artificialmente da situação geral do País, não deve ser reduzida a uma simples questão moral. É muito mais do que isso. Antes de mais, a batalha da produção é uma batalha política, é uma batalha de classe inserida num projecto global de caminhada para o socialismo reflectindo a própria tenção entre os órgãos constituintes, tal como eles estão constituídos e a dinâmica do poder dos trabalhadores. Não se trata, apenas, de estabelecer uma distinção entre bons e maus trabalhadores mas trata-se sobretudo, de libertar a energia criadora dos trabalhadores levando-os a superar uma crise indissociável do processo de transição para o socialismo.

O SIMPLES ANTIMONOPOLISMO SERÁ INSUFICIENTE PARA ASSEGURAR O ARRANQUE DA FASE DE TRANSIÇÃO

O simples anti-monopolismo, só por si será sempre insuficiente para assegurar o arranque da fase de transição para o socialismo. O arranque da fase de transição terá de assentar simultaneamente, no desmantelamento do poder dos monopólios e na reconstrução económica nacional através de profundas alterações das relações de produção em função dos condicionalismos do caso português. Consequentemente, é preciso actuar de acordo com um conjunto de ideias que tinha em atenção as realidades do nosso País.

Parece-nos, a nós, que essas ideias deveriam andar, mais ou menos, à volta dos seguintes pontos:

Primeiro: A transição para o socialismo é uma fase de crise, portanto o processo de arranque será sempre o de se desenvolver no interior de uma grave e prolongada desarticulação económica. Lógica e inevitavelmente, o desmantelamento dos monopólios implica o rápido desaparecimento dos principais centros de decisão da vida económica portuguesa, tal como eles existiam até agora, bem como a desorientação tuguesa, tal como eles existiam até agora, bem como a desorientação da vasta camada de pequenos e médios empresários. De tudo isto resultou uma tendência para a degradação da conjuntura económica. Tendência que é possível e urgente contrariar na medida das possibilidades criadoras dos trabalhadores apoiados pelo novo aparelho de Estado.

Em segundo lugar, o vazio de decisão económica, bem como a paralização de nemerosos canais e processos através dos quais os grandes grupos tinham reduzido a satélites a pequena e média indústria e quase todos os centros de produção, esse vazia tem de ser superado — para isso havendo uma função a desempenhar pelo novo aparelho de Estado que não pode resultar da reforma do aparelho de Estado que nos legou o fascismo.

É urgente mobilizar os meios necessários para que o aparelho de Estado assuma novas responsabilidades em conjugação com os esforços dos trabalhaodres organizados autonomamente. Só o poder dos trabalhadores poderá, até, ajudar a construção deste aparelho de Estado. Sem o poder dos trabalhadores nós não chegaremos ao aparelho de Estado de que precisamos. Por sua vez, os trabalhadores que se organizem ignorando ser necessário um aparelho de Estado, também não contribuem, decisivamente, para esta caminhada no sentido de uma sociedade socialista. Será necessário criar estruturas novas; será necessário pensar que se torna urgente pôr de pé estruturas sectoriais que desempenhem tarefas de planificação e de execução ou orientação de reestruturações de sectores no sentido de pôr esses mesmos secotres ao serviço de toda a economia nacional.

É indispensável atribuir ao aparelho de Estado a estreita ligação com as organizações de trabalhadores na função activa no ajustamento da oferta e da procura, e, é, na ligação do mercado com os meios de produção. Por isso, algumas das estruturas de controle sectorial a criar, deverão assegurar a centralização e repartição de encomendas, de modo a constituírem uma alavanca no relançamento da actividade produtiva dos sectores industriais a que dizem respeito. O problema que foi aqui posto, o da CPE e da CP, encontrará solução no âmbito de iniciativas destas.

Por outro lado, ainda, é preciso pensar que nós temos de criar novos postos de trabalho. Sabem todos como este problema é importante e como é, verdadeiramente, revolucionário todo o esforço que se dirija a dar trabalho àqueles portugueses que, sob o fascismo, não encontraram trabalho aqui e tiveram de emigrar; para aqueles portugueses que hoje chegam ao mercado de trabalho, jovens que tenham de encontrar um posto de trabalho.

O investimento, como sabem, é a médio e a longo prazo. A solução para este problema: novos investimentos, novos projectos, novas empresas. Pois isso tudo surgirá, com certeza, mas para já, é preciso pôr a funcionar melhor os investimentos que existem e é preciso pensarmos naqueles casos em que isso é viável, na ideia da criação de postos de trabalho utilizando melhor a capacidade produtiva que temos, fazendo funcionar os meios de produção que temos, em turnos, isso na medida da possibilidade de criar postos de trabalho imediato. Os investimentos também os criam; aparecerão dentro de dois ou três anos. Entretanto, se nós conseguirmos arranjar turnos, pois estamos, imediatamente, a contribuir para aliviar o próprio problema do desemprego. É com o maior gosto que posso dizer isto aqui, assim, porque a lição, neste campo, vem de vós trabalhadores da Sorefame. Sei que estão a organizar-se no sentido de porem algumas das vossas secções a funcionar em turnos. É uma contribuição importante que deve ser tida como uma contribuição exemplar.

PÔR EM ACÇÃO UMA PLANIFICAÇÃO QUE DEFENDA O INTERESSE DE TODOS

Por último é preciso pensar que a lógica das contas, se assim se pode falar que faziam no tempo em que a economia era dominada pelos grandes grupos, não é a mesma lógica das contas que, necessariamente nesta fase, se devem sempre fazer quando a economia está ao serviço dos próprios trabalhadores. É fundamental — é extremamente importante — ter a funcionar a economia. É se para ganhar encomendas, num caso ou noutro, não se poder lançar nas contas, digamos assim, as arrematações imediatas de equipamento, pois será melhor ganhar essas encomendas e dar trabalho aos trabalhadores da Sorefame — como de outros — que dependem dos fornecimentos que fazem a essa empresa, fazendo preços mais baixos desde que eles cubram os custos dos materiais e permitam a continuação do funcionamento desta empresa e dos trabalhadores que dela dependem.

Isto são coisas que, para um capitalista, não fazem sentido, exactamente porque nós não estamos aqui para pôr esta empresa e as outras ao serviço dos capitalistas. Isto é um exemplo; outros surgirão.

É a comissão de controle de gestão que a pouco e pouco — ou quando achar conveniente — nos virá com ideias; ela própria farà o que tiver a fazer e, assim, surgirá uma economia nova, tenho a certeza disso.

Gostaria, agora, de, falando especialmente da metalomecânica pesada, dar-vos uma ideia de como estes princípios estão a ser postos em prática. Penso que os trabalhadores da Sorefame conhecem bem a orientação que estamos a seguir, visto que, em estreita colaboração com representantes seus, tem estado a ser discutido o problema de controle da metalomecânica pesada. Neste campo pensamos que deverá ser criada uma estrutura de controle que procurará coordenar os programas de produção e de investimento das empresas do sector. Na política de investimento já não é mais tolerável que todos procurem fazer o mesmo; já não é mais tolerável que uns tenham muitas encomendas e outros muito poucas. Isso não é do interesse dos trabalhadores; isso não deve ser permitido. Pelo contrário, devemos pôr em acção uma estrutura que precisamente, permita introduzir uma planificação que defenda os interesses de todos e não, apenas, os de alguns.

Pensamos, também, que os grandes programas de investimento não devem ser feitos à margem das possibilidades produtivas do País. Não deverá ser possível que importemos coisas que podemos e devemos fazer aqui. Não deverá ser possível que se façam encomendas de projectos e de estudos no estrangeiro quando há trabalhadores nacionais que os podem e devem fazer aqui. Não deve ser possível que fiquem mercados externos — exportações por fazer só porque a empresa a já tinha a sua carteira de encomendas suficientemente cheia ou porque não lhe interessa concorrer neste mercado ou naquele e não atende aos interesses de todo o conjunto nacional. Deve haver uma estrutura de controle que impeça isso e que pelo contrário, procure defender os interesses do País; procure garantir a maior produção nacional e, portanto, logo de início, tome as medidas necessárias. Isso será feito com certeza. Os efeitos que se vierem a obter determinarão o grau e as formas de intervenção. E quando nós tivermos conscientes de que determinada estrutura não é suficiente, pois teremos de ir para formas mais avançadas, visto que os problemas não poderão ficar sem solução.

A REVOLUÇÃO SÓ SERÁ VERDADEIRA SE FOR, A REVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES

Por outro lado, estamos convencidos que não é só a nível das empresas que se tem de modificar muita coisa, é, também, ao nível da própria administração pública, do próprio aparelho de Estado. Há que encontrar processos de organização da própria administração pública que vão ao encontro dos problemas de transição para o socialismo. Trata-se de substituir, como nós dizemos, um aparelho de Estado que é horizontal, por um aparelho de Estado que é vertical. No fundo, explicando um bocado melhor, trata-se de substituir um aparelho que olha para o conjunto dos interesses no fundo do País, dizia-se, mas na realidade, de um ou de outro grupo, que olha pelos interesses de sistemas monopolistas, por um aparelho de Estado que vai ao encontro dos problemas reais, tal como os trabalhadores o sentem, tal como eles se passam de facto. Portanto, um aparelho de Estado que é capaz de mergulhar até à raiz dos problemas que, muitas vezes, estão na própria produção. Portanto, um aparelho que não fica nas nuvens a defender os interesses de alguns — e nesse caso nunca esteve, até agora, nas nuvens — mas sim, que vai ao concreto e que procura a colaboração dos trabalhadores e aceita o papel de dinamização que cabe aos próprios trabalhadores, na produção.

Por este motivo formar-se-ão várias iniciativas de modificação do aparelho de Estado. Far-se-á a tal estrutura de controle da metalomecânica pesada com a participação, a colaboração estreita dos trabalahdores.

Posso aqui dizer que não é só a metalomecânica pesada que precisa de uma nova estrutura e que o problema, para outros sectores, também está a ser estudado.

ssim, está am estudo em estudo a criação de uma empresa pública destinada a dinamizar a utilização da capacidade produtiva da metalomecânica ligeira, zona onde, como sabem, predomina muitos pequenos e médios empresários, mas onde existe uma força de trabalho muito numerosa que é preciso garantir numa inserção real neste processo revolucionário através também da produção.

Tudo isto será feito com os trabalhadores e pelos trabalhadores em ligação com o novo aparelho de Estado, como disse.

Sob o impulso do MFA a revolução passará, também, pela definição das balisas fundamentais de um projecto de expressão genuinamente nacional, alicerçada na mobilização revolucionária das massas trabalhadoras e assumindo uma participação activa das vastas camadas populares.

Acima de tudo, a revolução só será verdadeira se for, em última análise, a revolução dos trabalhadores e é neste contexto que pensamos se insere a batalha da produção.

POVO — MFA — POVO — MFA — POVO — MFA — POVO — MFA

Esclarecemos Os Nossos Forças Armadas

Como comunicado ao Nosso Presidente da República, à Junta de Salvação que nós não fazemos parte nem nunca fizemos dos Salgueristas e nem fascistas por quem somos contínuos esmagados. Nós os trabalhadores Rurais e todos os trabalhadores queremos mostrar a valia que representam para nós e que tomou este conhecimento que nós como Nosso Presidente da República a Junta de Salvação e as Nossas Forças Armadas, representam para nós e na nossa nova Pátria o dia vinte e cinco de Abril o momento mais Histórico e mais importante da nossa vida. Esse dia trouxe para todos nós uma época Preciosa; e junto a ela nasceu também um brilho Humanitário e então que iluminou com um clarão de dignidade de que somos dignos e merecê-nos. O clarão desse dia tornou para nós tudo o que nos era tão pesado e duro nestas vidas apagadas e esquecidas. Também sejais esse dia em que nos sintamos Heróis na nossa Pátria que sobreviver para todos nós esse dia brilhante que ficou vinculado na nossa História e na nossa Espiritualidade nada e ninguém apagar e nada nos fará esquecer-lo já mais será esquecido esse dia esses homens Portugueses Consagrados que só Vós souberam consagrar o brilho da nossa Pátria e avivar as cores da nossa Bandeira. Por isso queremos mostrar a todos que é bem forte esta afirmação que entre nós é algo de importante é laços que nos unem laços de lealdade amizade e de amor porque todos nós formamos um só corpo uma só unidade e um só espírito que era esse espírito que eles abusavam e detinham os traidores à Pátria e os maquistas esbulhadores. Mas para nós não deixa de existir dentro dos nossos corações que há tanto o aguardavamos para Hoje poder-nos mostrar de bem alto que é este o verdadeiro espírito da nossa Pátria que tantos anos nos fôste aguardar o que Hoje nos foi atribuído o poder dos nossos direitos por isso

por Vosso Amor, e Vossa Honra não nos podemos deixar vencer pelos fascistas porque os fascistas não podem existir mais para nós devido desta imediata decisão que o Povo Unido já mais será vencido, porque só Hoje conhecemos-nos a Liberdade para nós não era conhecida era demasiada desconhecida só apenas conhecemos as letras com que se formavam essa palavra Liberdade. Não tínha-mos o conhecimento do seu significado. Tantas coisas importantes que nós não conhecia-mos mas graças a Junta de Salvação e às nossas Forças Armadas que nos deram ao conhecimento coisas tão importantes que haviam tão desvalorizadas e encobertas que nós não tínhamos um mínimo de conhecimento um deles os nossos direitos dos trabalhadores e de todos nós não era porque a nossa consciência tranquilizá-se nós tínha-mos orientabilidade que nos referise-mos a muitas coisas mas não tínha-mos o direito das publicar tínhamos medo da nossa história sombra. Hoje felizmente graças a todos Vós que nos devolveram o momento bem que podemos desafafar e fazemos em Prática e em correção os símbolos das Nossas vidas e Vós fazemos a Reconciliação destes diálogos destas estórias longas que a minha tem pelo menos vinte e três anos de existência primeiro quero-me espor deste mais emocionante símbolo da estória da minha vida com vinte e três anos Portuguesa Legítima filha de Portugal será justo haviria direito da nossa Pátria para assim ser só a minha terra e como eu a maioria nem ao menos conhecer o coração de Portugal que é desfeito com muitas lágrimas o ferido coração de Portugal Nossa Pátria mãe que não é conhecemos chegar de nada temos de Portugal um palmo de chão mas temos o que para mim é mais importante temos o Vosso Nome, o Vosso Sangue o Vosso Amor e a Legitimidade que foi só o que os exploradores não nos puderam tirar. Por isso como somos Portugueses nossa Raça Legítima também deviamos conhecer qualquer coisa de Portugal, sabemos aliás, quem ainda é escola quem não sabe por nós os indicamos quem fez a quarta classe soube-nos o que hoje nos resta de Recordação que há muitos momentos coisas importante e bonitas no nosso País gostaria-nos de conhecer algumas delas não sei o que é uma praia de gozo e de comestível é vergonha mas é certo digo sem arrodeios não sei o paladar que tem um bife mas sei dizer e sei contar o que é fome trabalhar e sofrer porque nós temos sofrido muito no campo sem termos horário. Trabalhar-nos até cansar até morrer como quem não conseguia-nos satisfazê-lo de tanto trabalhar sem ganhar-nos para comer é mesmo assim não bastava ser rulem e pouco senão não temos tempo para o comer-nos porque até a própria hora que nos davam ao meio dia era sempre falsificada, mal tínhamos tempo para comer-mos o bocadinho de pão para além o engolir-nos mal mastigado, lá iamos para a Luta quando nos obrigavam e nos digiam claramente, vamos trabalhar que o dinheiro é sangue. E então lá iamos porque o dinheiro deles era sangue e esse sangue era verdadeiramente o nosso, Sangue da Humanidade com que eles jugavam e era dele que saia o seu próprio sustento e com que eles engordavam, então não podia-mos ter descanso não tínha-mos esse direito. Os animais é que são para trabalhar. Sintem mas não reconheceu o mau trato e era precisamente a mesma igualdade que nós para eles representamos, Tantas coisas que sabemos não de revistar.

Só Hoje temos a dita de conhecer-nos um dia feriado no nosso País. para nós os trabalhadores Rurais não havia feriados, só hoje sabemos o que é um dia feriado para nós, um dia feriado sem o trabalhar-mos, não tínhamos um fim de semana, e hoje uns têm outros ainda não os tiveram pois enquanto não é geral, quando empregado tem feriados fins de semana férias, nós infelizmente ainda nos falta algumas dessas oportunidades mas a esperamos. Porque nos se perdia-mos meia Hora é porque chove-se ou porque chuta-se se perdia-mos meia Hora descontava-nos uma ou mais se lhes apetecia-se como quem tinha isso na sua livre vontade e escolha não havia direito para semelhante coisa tínhamos abafados sem poder-mos respirar, tínham-na debaixo do pés como se fosse-mos um tapete de entrada o nosso trabalho o nosso suor não devia ser avaliado por tão baixo preço porque o nosso suor não valia tão pouco que as terras que são deles ou melhor dizer que são por eles conquistadas são mantidas pelo nosso suor e nosso trabalho. Por isso não devia-mos ser tão desprezados, mas temos que o deixar de o ser recusame-nos a essa dimensão demasiada reduzida a que eles nos têm, e nos reservavam. porque nós somos de corpo e alma de carne e sangue e sangue igualmente. Portanto se nos somos a essa forma Básica, o que para eles representamos. Nós somos iguais a todos os seres porque pertencemos a humanidade, queremos os direitos da Vida, queremos viver. Mas continuam a quererem secar-nos a fringa de sangue recusam-se entre em contacto com os nossos direitos, queriam continuar a dar-lhe ordenado de miséria, não

POVO — MFA — POVO — MFA — POVO — MFA — POVO — MFA

lhe deram trabalho para que todos possam trabalhar para comer recusam as mulheres que não lhes fazem falta e como não lhes fazem falta baixam bem dar-lhes o mesmo do não atingido não nós não queremos não do que foi dos anos atrasados porque agora não mando o fascismo esquerda-mo o que passou, apesar de não esquecer-mos o nosso penar o nosso sofrimento que foi simbulos causados por eles. São para nós criminosos de um crime imperdoável. Portanto para a frente sim porque para trás não volta nada. queremos a lança de justiça na mão paz e conforto no coração.

Queremos trabalho para assim poder-mos sustentar nossos filhos. Portanto trabalhar-mos para assim poder-mos comer, não nos deviam negar o trabalho porque quem nos nega o trabalho negamos o pão de cada dia. Mostram-se desinteressados dizendem que as mulheres não lhes fazem falta não lhes são precisas, não lhes são convenientes, na minha maneira de ver só há um propósito desta maneira de agir não lhes são agradáveis-is eu lhes devolveriam novamente os seus ordenados para que eles possam ser senhores de tudo quanto a nós nos diz respeito e nós sermos só seus escravos varridos pela exploração. Não não se deviam assegurar de tamanho rancor deviam compreender ou quererem mostrar um acto de verdadeira caridade duma consciência livre e tranquilizada, duma compreensão que por vós é cristã antes não aplaudida para que possam dela tocar. Confessem que compreendem que reconhecem que nós os trabalhadores qualquer que seja a sua condição qualquer que seja o seu trabalho é merecido outro estilo de vida que é merecido a nacionalidade da melhoriação.

Porque pelo menos nós os trabalhadores rurais, os camponeses que se dedicam á melhor vontade para trabalharem, que despem se possível for mais que as suas forças o maior esforço, para que anualmente cada vez mais a produção do nosso País com o desejo que por todos seja sentida e que para todos cheguem que todos possa-mos comer e até os nossos filhos, é este o desejo de todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua condição de trabalho ou sua produção todos queremos o bem para todos, todos devemos vente se todos nascem-mos nus. Portanto não devem nos ser humilhados nem desprezados) porque isso é injusto, essa angustia que se enovela no anterior da pobreza um orgulho dominante e ao mesmo tempo destruidor, de um ser que lhes avoque a coragem para que se possa manter e resista. Mas Hoje felizmente temos um alivio um amigo, pela a boca pela estação desabafa e faz-lo desligar as impurezas acolhidas a módula a mancha que mancharam os coração das trabalhadeiras e trabalhadores Portugueses queremos mostrar a todos a rialidade duma pureza verdadeira desta natureza queremos que todos andam e conheçam a Capa que cobria o coração destes farrapos humanos.

As mulheres não lhes fazem falta os homens falta não lhes fazem. Eu Hajo que não é necessário, que é aviável que nos suplique ou que nós digam abrectamente, o que nós compreendemos, é o que sintem por nós. os escravos não lhes fazem falta que não é precisa que não tem valor a nossa existência. pois eu no meu meu [illegible] de cresta no meu módulo de pensamento pensamento..., que Vice-Versa porque uma

ou que seja uma mulher nós as mulheres trabalhadeiras também queremos ter valor no nosso País uma mulher que se dedica de corpo e alma á defesa da Pátria porque nós as mulheres ou que seja os homens nascemos e morremos a sofrer-mos a trabalhar-mos sem descanso, todos esse sacrifícios a quem serão oferecidos, não Hajxo a determinação; porque a nossa Pátria para todos tem o mesmo bem querer. Porque este sacrifício não é para a Pátria não deve ser válido deve ser negativo, uma mãe trabalhadeira gerar, um filho á termos de trabalhar para que esse filho mesmo dentro de nós possa ter protecção de proveio ou muito que lhe possamos dár, e para isso termos que trabalhar com um filho no ventre um filho dentro de nós nove meses nove meses. Di trabalho foi-se ou seja em que trabalho foi, apanhei-mos a cintura dobradas pois esse coipinho que dentro de nós sofre e se sinte torturado que muitos deles aproximam-se a hora do nascimento nasceram no campo no meio de uma estrada debaixo duma pedreira como nos tem sucedido as mães trabalhadeiras metem-nos no arregaço até casa para os protegerem, uma mãe que tanto sofre para gerar um filho tantos bocadinhos de pão que tiramos da nossa boca para a deles, esses filhos que damos á luz é para oferecer-mos á Pátria de boa vontade porque só pela Pátria eles nascem para a defenderem e lhes oferecer-mos a vida se possível for e assegurar, esse filhos são filhos da Pátria os nossos bráços Soldados valentes corajosos Portugueses. Por isso não podemos mostrar mais clareza e dedicação e de mais maneira alguma podemos ser mais

expliativos, ao terno amos que de amamos pela nossa Pátria pelo nosso Presidente, pela Junta de Salvação, pelas nossas forças armadas porque só por Vós nos sintimos vivos e amados só Vós fizeram em esclarecimento que o sangue que circula nas nossas veias é também verdadeiramente sangue Português e como é verdadeiramente sangue Português Portugal será para todos palavra que sintimos coragem para a seguir é será uma palavra afirmativa. Palavra que nos pode conduzir á benção da Nossa Pátria Querida é este o simbulo mais destintos para todos os Portugueses honrados e saibam respeitar todas estas regras geráis para que em nossa Pátria não ombro se erí-l homens que nos possam impedir deste programa homens que tomem nas suas mãos os nossos preços distinos para que esta herança pesada e dolorosa não torne a ser repetida em dias de nossos filhos em séculos dos Portugueses nem em folhas da nossa ESTória

Agora todos em coro gritemos vivas
o M.F.A Soldado amigo o Povo esta
Contigo agora neste momento e
sempre estarás presente da nossa
memória e pensamento

Francisca Maria Alves Simando

SOBRE A INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

A evolução do nosso processo revolucionário e a crise actual do mundo capitalista colocam como questão vital para a resolução dos nossos problemas económicos a conquista e a defesa da nossa independência económica.

A divisão internacional de trabalho imposta pelas multinacionais e pelos governos ao seu serviço acentuou a distorção da nossa estrutura produtiva. Sectores essenciais para o desenvolvimento económico não foram implantados, enquanto outros, que interessavam fundamentalmente os mercados externos se encontram sobredimensionados.

A correcção da estrutura produtiva será, não nos podemos iludir, difícil e demorada. Pode-se, no entanto, tomar desde já medidas que limitem os efeitos da presente crise do mundo capitalista e criem condições materiais que permitam a orientação da economia de acordo com as necessidades populares e não ao serviço da acumulação monopolista como acontecia.

A dependência de Portugal face aos países capitalistas reflecte-se no défice da nossa balança comercial que limita as possibilidades de acumulação interna, na influência dos mercados internacionais no nível da nossa produção interna, na incapacidade de absorção do nosso mercado interno de certos produtos.

A situação da balança comercial agravou-se em 1974 em que o défice foi quase o dobro do de 1973 (mais exactamente 90,2%) tendo atingido a soma de 55,8 milhões de contos. Para tal contribui o acréscimo de 51% nas importações enquanto as exportações cresceram 26% e a deterioração dos nossos termos de troca (o preço médio da tonelada importada subiu 30,4% enquanto a exportada subiu 23,3% — a sobre e a subfacturação formas utilizadas para exportar capitais não foram estranhas a essa deterioração dos termos de troca).

O nosso comércio externo continua concentrado em quatro ou cinco países capitalistas (RFA, EUA, GB, Suécia e França) o que lhes permite, por dominarem o mercado internacional, transferir para Portugal parte da subida de preços dos produtos aí verificada. Continuamos a ter de importar produtos essenciais (alimentares 20%, petróleo e derivados 10,8%, matérias-primas, metais comuns e obras 20,4%, máquinas e aparelhos 16,8%) e a exportar bens de consumo não essencial e componentes (alimentares, principalmente vinho e concentrados de tomate e peixe, 16,2%, produtos agro-florestais 10,2%, têxteis e obras 28,1%). Cabe aqui fazer salientar que têm importante peso na "nossa exportação" os produtos semi-manufacturados ou acabados de multinacionais que importam as matérias-primas e o equipamento e exportam a produção total que tem um valor acrescentado muito baixo — 30% para os têxteis, por exemplo.

Esta rápida e não exaustiva série de dados colocam-nos a necessidade da resolução imediata dos problemas que se levantam para caminhar para a independência económica, tal como o MFA já a definiu. Não iremos, aqui e agora repetir argumentos muito "correctos" mas que em nada nos auxiliam para encontrar soluções imediatas, iremos sim apresentar algumas pistas passíveis de serem levadas à prática rapidamente.

— Controlo do comércio externo pelo Estado, que deve ir até à constituição de empresas públicas em regime exclusivo, a criar ou dinamizando estruturas já existentes, para certas linhas de produtos essenciais, com a vantagem imediata de, pelo seu nível de transações poder escolher fornecedores, impôr qualidade e mesmo preços e mediata de controlar a fuga de divisas, uniformizar os produtos comprados e auxiliar pequenas e médias empresas na colocação dos seus produtos no mercado externo.

— Diversificar as relações comerciais, em particular intensificando as relações com os países socialistas e países em vias de desenvolvimento do chamado terceiro mundo, contrariando a actual concentração do comércio externo, cujas consequências estão já a ser sentidas devido às imposições e dificuldades que os principais países capitalistas nos estão a criar.

— Restrição da importação de bens de consumo supérfluos e/ou luxuosos cuja compra além de fazer sair importantes quantitativos de divisas contribui para a manutenção das actuais estruturas de consumo "muito acima das nossas possibilidades" como acentuou o Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves.

— Política de compras orientada para um melhor aproveitamento da nossa capacidade produtiva interna, ou seja, fomentando a participação da indústria nacional ainda que em detrimento de equipamentos mais sofisticados e luxuosos.

— Diversificação dos produtos a exportar com base nos que contenham maior valor acrescentado e, inclusivamente, exportação de tecnologia, o que em alguns sectores é possível, nomeadamente para países do chamado terceiro mundo. Impõe-se sublinhar esta medida pois não temos aproveitado convenientemente para a exportação, as nossas possibilidades tecnológicas superiores às dos países em via de desenvolvimento.

TERCEIRO MUNDO UMA OPINIÃO

FIDEL DE CASTRO E "TEORIA DOS DOIS IMPERIALISMOS"

Extractos do discurso pronunciado em Argel, na 4.ª Conferência dos Países Não-Alinhados (7 de Setembro de 1973).

(...)

Falou-se no decorrer desta Conferência de várias formas de divisão do mundo. Para nós, o mundo divide-se em países capitalistas e em países socialistas, em países imperialistas e em países neocolonizados, em países reaccionários e em países progressistas; finalmente, para nós, o mundo divide-se em governos que apoiam o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo e em governos que se opõem ao imperialismo, ao colonialismo, ao neocolonialismo e ao racismo.

No momento de abordar a questão do alinhamento e do não-alinhamento parece-nos isto fundamental, porquanto nada nos exime da obrigação essencial de combater energicamente os crimes que foram e são ainda cometidos contra a humanidade.

O movimento dos países não-alinhados desenvolveu-se indiscutivelmente. Isso apraz-nos muito. Pela primeira vez se encontram representados nesta Conferência três Estados da América Latina: o Peru, o Chile e a Argentina. Esta presença corresponde a mudanças políticas de cunho progressista havidas naqueles países. Mas deve este movimento ter sobretudo em conta a qualidade e não o número de membros se quer possuir força moral e política perante todos os povos do mundo. Caso contrário arriscamo-nos a que as forças reaccionárias penetrem no seu seio para o impedir de atingir os objectivos centrais e destruir irremediavelmente a unidade e prestígio dos países não-alinhados. Embora as questões económicas relacionadas com os interesses dos países que representamos tenham uma importância perfeitamente justificada, os critérios políticos que defendemos são e serão o factor primordial da nossa actividade.

A este respeito, pôde notar-se durante os meses que precederam esta Conferência — e, certamente em detrimento da nossa causa e favorecendo os interesses imperialistas — a inquietante tendência revelada por alguns em opor os países não-alinhados ao mundo socialista.

A teoria dos dois imperialismos, um dirigido pelos Estados Unidos e o outro pretensamente pela União Soviética, fomentada pelos teóricos do imperialismo, encontrou eco — deliberadamente algumas vezes e outras por ignorância da história e das realidades do mundo actual — entre os porta-vozes e dirigentes dos países não-alinhados. Para tal contribuem, sem dúvida, aqueles que a partir de posições ditas revolucionárias atraiçoam lamentavelmente a causa do internacionalismo.

Em certos documentos políticos e económicos elaborados para esta Conferência, duma maneira ou doutra vê-se aflorar esta corrente de modo mais ou menos suave. O Governo Revolucionário de Cuba opõe-se e opor-se-á resolutamente a esta tendência, sejam quais forem as circunstâncias, e por isso nos vemos obrigados a abordar aqui, como questão essencial, este delicado tema. Alguns, ao mostrarem uma injustiça evidente e ingratidão histórica, esquecendo os factos reais e o abismo profundo e intransponível que separa o regime imperialista do socialismo, pretendem ignorar os serviços gloriosos, heróicos e extraordinários prestados pelo povo soviético à humanidade. Como se a queda do colossal sistema de domínio colonial implatado no mundo até à Segunda Guerra Mundial, as condições permissoras da libertação de dezenas de povos outrora sob o jugo directo de países colonizadores, a destruição do capitalismo em vastas regiões do mundo e o aparecimento de forças que sustêm a voracidade insaciável e o espírito agressivo do imperialismo não tivessem nada a ver com a gloriosa Revolução de Outubro.

Como se pode qualificar a União Soviética de imperialista? Onde estão as empresas monopolistas? Onde a sua participação nas companhias multinacionais? Que indústrias, que minas, que jazigos de petróleo possui ela no mundo subdesenvolvido? Qual é o operário na Ásia, na África, na América Latina, explorado pelo capital soviético?

O auxílio económico que a União Soviética presta a Cuba e a muitos outros países não é fruto de suor e sacrifícios dos operários explorados de outros povos, mas sim do trabalho e esforço despendido pelos trabalhadores soviéticos.

Outros deploram que o primeiro Estado socialista da história da humanidade se tenha tornado uma potência militar e económica. Nós, os países subdesenvolvidos e explorados, não devemos deplorá-lo. Cuba rejubila com isso. Sem a Revolução de Outubro e sem o imortal acto de coragem do povo soviético que soube primeiramente vencer a intervenção e o bloqueio imperialistas e resistir depois à agressão fascista, esmagando-a à custa de vinte milhões de vidas, que desenvolveu a sua técnica e economia graças a um esforço heróico, e isto tudo sem explorar um único operário em qualquer país do mundo, o fim do colonialismo e a correlação mundial das forças que permitiu a luta de tantos povos pela sua libertação nunca teriam sido possíveis.

Não podemos esquecer nunca que as armas graças às quais Cuba pôde esmagar os mercenários em Giron e defender-se contra os ataques americanos, as mesmas com que os povos árabes resistem à agressão imperialista, aquelas que os patriotas africanos empunham contra o colonialismo português e que os vietnamitas utilizaram ao longo de todo o seu heróico, extraordinário e vitorioso combate, têm sido fornecidas pelos países socialistas e principalmente pela União Soviética.

As resoluções dos países não-alinhados ajudam-nos a compreender onde se situa hoje a linha de demarcação da política internacional.

Qual o Estado condenado por estas resoluções, desde a Conferência de Belgrado à de Lusaka, pela agressão contra o Vietname e contra toda a Indochina? Os Estados Unidos imperialistas. Quem acusamos nós de ter armado, apoiado e sustentado o Estado israelita na sua guerra de agressão voraz contra os países árabes e na ocupação cruel de territórios onde os palestinianos têm o direito de viver livremente? O imperialismo norte-americano. Contra quem protestaram os países não-alinhados pela invasão e bloqueio de Cuba, pela intervenção na República Dominicana e pela conservação de bases militares em Guantánamo, Panamá ou Porto Rico contra a vontade dos povos de tais países? Quem se ocultava atrás dos assassinos de Lumumba? Quem apoia os assassinos de Amilcar Cabral? Quem contribui para manter no Zimbabué um estado branco racista e ajuda a converter a África do Sul numa reserva de homens e mulheres de raça negra obrigados a viver em condições de semiescravatura? O imperialismo norte-americano, que apoia também o colonialismo português contra os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, de Angola e Moçambique, é o responsável e verdadeiro culpado de tudo isto.

Quando nas nossas resoluções enumeramos os milhões de dólares, de libras esterlinas, de francos ou marcos que saem anualmente dos países em vias de desenvolvimento, dos países neocolonizados ou colonizados, como consequência dos investimentos espoliadores e dos empréstimos fraudulentos, é o imperialismo que condenamos e não outro sistema social. Não se pode mudar a realidade com expressões vagas.

Qualquer tentativa de opor os países não-alinhados ao mundo socialista é profundamente contra-revolucionária e vai exclusivamente em proveito dos interesses imperialistas; inventar um falso inimigo não pode ter senão um único objectivo: desviar as atenções do verdadeiro inimigo.

O movimento dos países não-alinhados conhecerá um futuro brilhante na medida em que não se deixar penetrar e confundir pela ideologia imperialista. Só uma estreita aliança entre todas as forças progressistas do mundo nos dará o vigor necessário para vencer o poderio ainda existente do imperialismo, do colonialismo, do neocolonialismo e do racismo e para lutar vitoriosamente a favor das aspirações de justiça e paz de todos os povos do mundo.

Tendo em conta as necessidades crescentes de recursos energéticos e matérias-primas dos países capitalistas desenvolvidos para manter as absurdas sociedades de consumo criadas e sem a força extraordinária do mundo socialista, o imperialismo invadiria o mundo, novas guerras eclodiriam e alguns países independentes aqui representados não existiriam já hoje. Nos meios dirigentes dos Estados Unidos há inclusivamente partidários da intervenção militar imediata no Médio-Oriente, se as necessidades de combustível o exigirem.

Privarmo-nos da amizade do mundo socialista redunda num enfraquecimento nosso, deixando-nos à mercê das forças ainda poderosas do imperialismo. Seria uma estratégia estúpida e revelaríamos apenas uma incompreensível miopia política.

(...)